

Estudo Técnico Preliminar 6/2021

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

2.1. Em primeiro lugar, a contratação se justifica porque os serviços de limpeza e conservação são essenciais para a preservação dos imóveis, bem como para garantir o bom funcionamento das instalações físicas, sistemas e equipamentos, possibilitando desta forma que os servidores possam desempenhar suas atividades regimentais no melhor ambiente de trabalho possível, com boas condições para atendimento ao público.

2.2. A FUNDACENTRO, porém, não possui em seus quadros cargos destinados para a realização destes serviços, sendo portanto necessária a contratação de maneira indireta. Esta modalidade encontra amparo legal através das disposições contidas na Lei nº 9.632, publicada no DOU de 08/05/98, que trata da extinção de Cargos da Administração Pública Federal. Além disso, os Decretos nº 9.507/2018 e 10.183/2019 e a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017 e suas alterações posteriores, disciplinam a contratação e a execução indireta dos serviços terceirizados, cujas categorias profissionais não mais ingressarão na Administração Pública Federal, visto que não haverá concurso público para o provimento destes cargos.

2.3. Dentre os benefícios diretos, destacam-se a garantia de ambientes limpos, higienizados e saudáveis para a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional dos órgãos; a organização e conservação de suas instalações e a contribuição para o bem-estar dos servidores, terceirizados, estagiários e visitantes. Dentre os benefícios indiretos, destacam-se a redução de acidentes de trabalho; a redução de gastos adicionais pela conservação permanente dos imóveis e móveis e a preservação do patrimônio dos órgãos.

2.4. Atendendo aos princípios de Economicidade e Eficiência, a contratação ocorrerá para 04 (quatro) unidades da FUNDACENTRO: Centro Técnico Nacional (CTN) localizado no município de São Paulo/SP, Unidade Descentralizada de Campinas (UDCA) no município de Campinas/SP, Escritório Avançado de Pernambuco (EAPE) localizado no município de Recife/PE, Escritório Avançado de Minas Gerais (EAMG) localizado no município de Belo Horizonte/MG.

2.5. As Unidades de Pernambuco e Campinas estão com seus contratos atuais com vencimento do prazo de 60 meses próximo e, por este motivo não poderão mais realizar prorrogações. Já as unidades do CTN da cidade de São Paulo e a unidade de Minas Gerais, possuem contratos em execução e que poderiam ser prorrogados. Contudo, os fiscais de contrato verificaram durante a execução dos serviços a necessidade de readequar algumas questões observadas durante a vigência contratual trazendo, assim, maior efetividade e economicidade para a União, justificando, assim, a não prorrogação desses Contratos.

2.6. A Administração Pública Federal vem pautando a aplicação de seus recursos na busca de obter o melhor resultado com o menor dispêndio. Nessa esteira, a edição dos Decretos acima mencionados, possibilitou às unidades administrativas a contratação de forma indireta de diversas atividades, dentre as quais se situam a que é objeto deste Documento.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Unidade Descentralizada de Campinas (UDCA) e Centro Regional do Nordeste (CRNE)	Lúcia Silva da Rocha / Tiago Borges Pedroso do Amaral
Centro Regional do Centro Oeste (CRCO)	Lúcia Silva da Rocha / Tiago Borges Pedroso do Amaral
Centro Técnico Nacional (CTN)	Angela Tanieska Scarlato
Unidade Avançada de Minas Gerais	Nelson Jorge Gomes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. São requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

4.2. Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação:

I) FUNDACENTRO ESCRITÓRIO AVANÇADO DE PERNAMBUCO (EAPE) E ESCRITÓRIO AVANÇADO DE MINAS GERAIS (EAMG): de segunda a sexta-feira - 44hs semanais,

II) FUNDACENTRO - CTN/São Paulo, onde serão prestados de segunda a sábado - 44 horas semanais;

III) FUNDACENTRO - CAMPINAS, onde serão prestados de segunda a sexta-feira por 4 horas diárias ou 20 horas semanais.

4.3. Prestação dos serviços com fornecimento de material de higiene e os acessórios/*dispensers* necessários para o acondicionamento destes materiais, o que implica vantagem para a Administração.

4.4. Prestação dos serviços com pagamento por metro quadrado de área a ser limpa e conservada.

4.5. Prestação dos serviços com adoção dos seguintes parâmetros de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias:

a) Áreas Internas (Anexo VI-B da IN SEGES/MPDG nº 05/2017):

1. Pisos acarpetados: 800 m² a 1.200 m²;
2. Pisos frios: 800 m² a 1.200 m²;
3. Laboratórios: 360 m² a 450 m²;
4. Almoxarifados/galpões: 1.500 m² a 2.500 m²;
5. Oficinas: 1.200 m² a 1.800 m²;
6. Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão: 1.000 m² a 1.500 m²; e
7. Banheiros: 200 m² a 300 m².

b) Áreas Externas (Anexo VI-B da IN SEGES/MPDG nº 05/2017):

1. Pisos pavimentados adjacentes / contíguos às edificações: 1.800 m² a 2.700 m²;
2. Varrição de passeios e arruamentos: 6.000 m² a 9.000 m²;
3. Pátios e áreas verdes com alta frequência: 1.800 m² a 2.700 m²;
4. Pátios e áreas verdes com média frequência: 1.800 m² a 2.700 m²;
5. Pátios e áreas verdes com baixa frequência: 1.800 m² a 2.700 m²; e
6. Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária: 100.000 m².
7. Esquadrias Internas / Externas (Anexo VI-B da IN SEGES/MPDG nº 05/2017):
 - 7.1. Face externa com exposição à situação de risco (periodicidade semestral): 130 m² a 160 m²;
 - 7.2. Face externa sem exposição à situação de risco (periodicidade quinzenal): 300 m² a 380 m²;
 - 7.3. Face interna (sem exposição a risco periodicidade quinzenal): 300 m² a 380 m².
8. Fachadas Envidraçadas com exposição a risco (Anexo VI-B da IN SEGES/MPDG nº 05/2017): 130 m² a 160 m², observada a periodicidade prevista no Projeto Básico.

c) Outros tipos de áreas não relacionados no Anexo VI-B da IN SEGES/MPDG nº 05/2017 cuja metragem, produtividade e periodicidade foram estabelecidas pela área técnica:

1. Garagem: 1.800 m² a 2.700 m²;
2. Esquadria interna com exposição a risco - periodicidade quinzenal: 130 m² a 160 m²;
3. Divisórias de vidro sem exposição a risco - periodicidade semanal: 150 m² a 185 m²;
4. Divisórias de vidro sem exposição a risco - periodicidade quinzenal: 150 m² a 185 m²;

4.6. Definição das produtividades adotadas.

4.7. Nos termos do disposto no Anexo VI-B, subitem 1.d, da IN SEGES/MPDG nº 05/2017 será adotada a faixa referencial de produtividade, constante do mencionado anexo delimitando o intervalo no qual será dispensada a necessidade de comprovação de exequibilidade.

4.8. Para definição da produtividade de cada tipo de área em cada unidade foram consideradas, além das produtividades referenciais da IN, as informações prestadas pelo representante de cada unidade demandante, assim como as características do imóvel (número de pavimentos) e o tipo de revestimento/área a ser limpa e o horário de expediente da repartição. As unidades em que a aplicação da produtividade mínima da IN 05/2017 resultou em contingente declaradamente inferior ao necessário para atender a sua demanda real, conforme exposto pelos representantes locais de cada órgão, tiveram as produtividades ajustadas para atingir o contingente mínimo requisitado.

4.9. A Unidade da FUNDACENTRO CTN/São Paulo, com base em estudos técnicos e buscando uma melhor prestação de serviços, decidiu:

1. na limpeza dos banheiros internos (13 banheiros), reduzir a produtividade determinada pelo ME, considerando a necessidade de se manter pelo menos 03 (três) serventes para essas áreas;
2. na limpeza dos laboratórios, aumentar a produtividade determinada pelo ME, visto tratar-se de áreas de piso frio, com baixa complexidade para execução dos serviços .

4.10. Como produtividade de referência será adotada o ponto mínimo da faixa de cada tipo de área, visando oportunizar a que os licitantes tenham a opção de ofertar qualquer produtividade dentro da faixa.

4.11. No caso das unidades da FUNDACENTRO, considerando-se o histórico das contratações anteriores, será adotada produtividade estimada mínima diferenciada, conforme Anexo I do presente estudo preliminar. Este procedimento proporcionará que os licitantes cotejarem produtividades dentro da faixa de referência sem ultrapassar o valor de referência, mantidos sem alteração os demais valores e percentuais da planilha de custos.

4.12. Utilizando as prerrogativas constantes do Anexo VI-B, item 1, alínea “d”, subitem 2.1 e do Anexo VII-A, subitem 6.2, alínea “d”, ambos da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, não será permitida a cotação de produtividades fora da faixa de referência de cada tipo de área, com exceção das áreas indicadas neste estudo preliminar, em função das seguintes justificativas:

1. Estimam-se ganhos elevados de produtividade utilizando novas tecnologias, equipamentos e materiais mais modernos quando da existência de grandes áreas externas e alguns tipos de áreas internas como pisos frios, almoxarifado/galpões, com espaços livres de obstáculos e fachadas envidraçadas. Porém no caso em análise, não se vislumbra ganho superior ao já definido pela própria IN SEGES/MPDG nº 05/2017, que majorou e até dobrou a produtividade de referência em itens relevantes em relação às produtividades adotadas na vigência da IN SLTI/MPOG nº 02/2008.
2. Com relação às áreas internas com pisos frios, acarpetados ou revestidos com madeira, localizadas em áreas de escritório, que são a maior parte das áreas internas dos prédios, e dotadas de diversos e variados tipos de obstáculos, como mesas armários, cadeiras, etc., não se tem constatado ganho significativo na produtividade acima do já mencionado no inciso anterior. As melhorias implementadas, por exemplo, o

balde equipado com rodo giratório automático, não têm o condão de proporcionar ganhos maiores do que a faixa superior de produtividade.

4.13. Em relação às faixas de produtividades fazemos as seguintes considerações:

1. Na hipótese de o prédio ser dotado apenas de áreas internas de piso acarpetado e piso frio e com área total real de 12.000 m², sendo a faixa de produtividade definida na IN SEGES/MPDG nº 05/2017 de 800 m² a 1.200 m², se a licitante ofertar a produtividade de 1.200 m² acarretará um quantitativo de 10 (dez) serventes (12.000 m² / 1.200 m²);
2. Utilizando-se a mesma hipótese, porém na vigência da IN SLTI/MPDG nº 02/2008 onde a produtividade definida era de 600 m², seriam necessários 20 (vinte) serventes (12.000 m² / 600 m²);

4.14. Conclui-se, portanto que a aplicação dos parâmetros da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, na hipótese em comento, ocasiona a redução de 50% (cinquenta por cento) no número de serventes utilizados na prestação dos mesmos serviços e fazendo uso da mesma metodologia (de 20 para 10);

4.15. Nos casos em que a área física a ser contratada for menor que a estabelecida para a produtividade mínima de referência estabelecida neste anexo, esta poderá ser considerada para efeito da contratação. (item 9 do ANEXO VI-B da IN SEGES/MPDG nº 05/2017).

4.16. Para o caso concreto da contratação pretendida, especificamente para os prédios que serão atendidos nesta contratação, fizemos as seguintes simulações referentes à quantidade de serventes de limpeza para cada situação:

4.17. Definição das produtividades adotadas:

1. As produtividades adotadas pelos órgãos encontram-se no Anexo I.
2. Frente as informações apresentadas pelas unidades demandantes do serviço, estabeleceu-se a produtividade que será atribuída a cada tipo de área por imóvel, considerando suas peculiaridades.
3. Para definição da produtividade de cada tipo de área em cada unidade foram consideradas, além das produtividades referenciais da IN, as informações prestadas pelo representante de cada unidade demandante, assim como as características do imóvel (número de pavimentos) e o tipo de revestimento/área a ser limpa e o horário de expediente da repartição.
4. As unidades em que a aplicação da produtividade mínima da IN 05/2017 resultou em contingente declaradamente inferior ao necessário para atender a sua demanda real, conforme exposto pelos representantes locais de cada procuradoria, tiveram as produtividades ajustadas para atingir o contingente mínimo requisitado.
5. Em relação à faixa referencial de produtividade que delimita intervalo no qual será dispensada a necessidade de comprovação de exequibilidade, definimos o parâmetro através de um percentual para cima ou para baixo da produtividade determinada pela Administração.

4.18. Frente ao exposto, a Administração decidiu por restringir a faixa de produtividade de referência a fim de equalizar a competitividade entre os fornecedores e manter a exequibilidade das propostas frente as exigências de quantidade de serventes necessários para prestar os serviços da forma e na periodicidade solicitada pelas unidades demandantes.

4.19. A redução da faixa de produtividade proposta nestes estudos não restringe a possibilidade dos licitantes de fornecer propostas mais vantajosas haja vista que ainda existe espaço para redução de preço a partir da negociação dos itens custos indiretos, lucro ou da redução do percentual de custo dos materiais de limpeza, cujo percentual máximo estimado é de 12% conforme metodologia apresentada Caderno Técnico do Ministério da Economia

4.20. Profissionais:

4.21.1. Os profissionais da Contratada alocados na Contratante deverão possuir a seguinte escolaridade e qualificação (segundo as respectivas descrições da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO):

1. SERVENTE – CBO: 5143-20 - O profissional deverá ter: ensino fundamental, facilidade de comunicação, autodomínio, disciplina, espírito de equipe, organização e iniciativa. A comprovação dessa qualificação poderá ser exigida pela Contratante;
2. LIMPADOR DE VIDROS - CBO: 5143-05 - O profissional deverá ter: ensino fundamental, treinamento/capacitação nas técnicas suspensas de limpeza de vidros em conformidade com as normas de segurança do trabalho, facilidade de comunicação, paciência, habilidade para trabalhar em equipe, iniciativa, prudência, equilíbrio físico, capacidade de reconhecer limitações pessoais, capacidade de trabalhar em alturas, habilidade para contornar situações adversas, agilidade, destreza manual. A comprovação dessa qualificação poderá ser exigida pela Contratante.
3. ENCARREGADO/LÍDER – CBO: 4101-05 - O profissional deverá ter: ensino médio, qualificação para supervisionar rotinas administrativas em instituições públicas e privadas; chefiando diretamente equipe de escriturários, auxiliares administrativos, secretários de expediente, operadores de máquina de escritório e contínuos; coordenando serviços gerais de malotes, mensageiros, transporte, cartório, limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações etc.; administrando recursos humanos, bens patrimoniais e materiais de consumo; organizando documentos e correspondências; gerenciando equipe. Podem manter rotinas financeiras, controlando fundo fixo (pequeno caixa), verbas, contas a pagar, fluxo de caixa e conta bancária, emitindo e conferindo notas fiscais e recibos, prestando contas e recolhendo impostos.

4.21. Requisitos Gerais:

4.21.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018 com o seguinte nível de cadastramento:

1. Credenciamento;
2. Habilitação Jurídica;
3. Regularidade fiscal federal;
4. Regularidade fiscal estadual/municipal;
5. Qualificação Técnica
6. Qualificação econômico-financeira.

4.21.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
2. que não atendam às condições do Edital e seu(s) anexo(s);
3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5. Normativos Aplicáveis

5.1. Na elaboração do presente estudo foram utilizadas as seguintes legislações:

- Lei 8.666/1993, de 21 de junho de 1993
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores
- Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019
- Decreto 2.271, de 07 de julho de 1997
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010
- Instrução Normativa nº 03, de 20 de abril de 2017
- Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 05, de 25 de maio de 2017 (Estudos Técnicos Preliminares)
- Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007
- Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor
- Decreto nº 3.722, de 2001
- Decreto nº 7.892, de 2013
- Parecer nº 00092/2016/DECOR/CGU/AGU
- Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010
- Norma RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances)
- Lei nº 6.938, 31 de agosto de 1981
- Caderno Técnico - CADTERC - Secretaria da Fazenda/SP
- Caderno Técnico - Limpeza - São Paulo - SEGES/MP
- Caderno Técnico – Limpeza – Minas Gerais – SEGES/MP
- Decreto nº 9.507 de 21/09/2018- Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- Portaria nº 443 de 27/12/2018 - Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.
- Portaria MPDG nº 409/2016 - Dispõe sobre as garantias contratuais ao trabalhador na execução indireta de serviços e os limites à terceirização de atividades, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais federais controladas pela União.
- Decreto nº 7.746/2012 - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2010 - Estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG.
- Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03/2018 – Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no âmbito do Poder Executivo Federal.
- Lei nº 9.632, de 08/05/98 - Trata da extinção de Cargos da Administração Pública Federal prevê que a contratação das atividades correspondentes será mediante a execução indireta.
- Decreto nº 8.538/2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
- Decreto nº 9.507/2018- Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- Decreto nº 7.203/2010 – Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.

- Decreto nº 7.746/2012 – Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública.
- Decreto nº 10.183/2019 - Altera o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- Lei 13.932/2019 – Extingue a cobrança da contribuição de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa.
- Parecer nº 00041/2019/DECOR/CGU/AGU – sobre a ultratividade das Convenções Coletivas na estimativa de preços de contratação de serviços.
- IN SLTI/MPDG nº 05/2014 - dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
- Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS – DECOR/CGU /AGU. 2019.
- Portaria RFB nº 407/2019.
- Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976.
- Decreto 8.077 de 14 de agosto de 2013
- Portaria MS/SNVS nº 321 de 28 de julho de 1997
- RDC/ANS nº 326 de 9 de novembro de 2005
- ABNT NBR 14725-1:2009

6. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

1. Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais de limpeza, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável. Para tanto, deverão ser incluídos como obrigação da Contratada, no termo de referência e edital, critérios e práticas de sustentabilidade do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e do Manual Jurídico da Consultoria Geral da União, sem prejuízo das demais normas incidentes sobre o tema. Serão inseridas como obrigações da Contratada as seguintes disposições que se referem a critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto:

- 1.1. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios / menor poluição, tais como
- 1.2. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas / poluentes;
- 1.3. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade
- 1.4. Racionalização/economia no consumo de energia, especialmente elétrica, e água
- 1.5. Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas atividades de limpeza, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços
- 1.6. Realizar lavagem com água ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, de poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, de minas e outros);

- 1.7. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e
- 1.8. Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.
2. Além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:
 - 2.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - 2.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
 - 2.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
 - 2.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
 - 2.5. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - 2.6. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora;
 - 2.7. Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
 - 2.8. Realizar a separação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008;
 - 2.9. Fornecimento e utilização pela Contratada, na execução do contrato, de saneantes domissanitários, com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), evitando a aplicação de materiais inflamáveis e /ou de fácil combustão, ou, ainda, que exalem odores fortemente ativos.
 - 2.10. Os produtos mencionados no item 2.9 deverão ser entregues aos responsáveis pela realização do serviço, no local de utilização, contendo rótulo com: identificação da empresa, nome do produto, fabricante, número do lote, razão de diluição, data da embalagem, identificação do químico /profissional responsável pelo envase e demais regras aplicáveis de acordo com as normas da ABNT.

7. Duração inicial do Contrato

- 7.1. A contratação em tela terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses.
- 7.2. Não há necessidade de a Contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação dos serviços de limpeza e conservação, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

8. Levantamento de Mercado

8.1. O mercado de potenciais prestadores para os serviços de limpeza e conservação é bastante vasto, uma vez que as tecnologias e rotinas gerais para sua execução são relativamente simples, não havendo necessidade de especialização nem da parte das empresas, nem dos seus empregados que serão utilizados diretamente na prestação dos serviços.

8.2. Ressaltamos que os serviços de lavagem de fachadas envidraçadas, que utilizam equipamentos especiais como andaimes suspensos, requerem treinamento específico dos lavadores, que inclui inclusive prática de alpinismo, e destacamos que tais serviços fazem parte do escopo do presente contrato e haverá, no edital, exigência específica nesse sentido, podendo ser subcontratado.

8.3. Foram identificadas as seguintes soluções de mercado que podem atender os requisitos especificados para a contratação:

Produto	Fornecedores	Fabricantes	Duração do Serviço
Serviços de limpeza e conservação com equipe volante (diária)	Diversos, pois abrange empresas de pequeno, médio e grande porte, sem limitar a participação.	Não se aplica, pois materiais são disponibilizados pelo prestador do serviço.	Continuado (até 60 meses).
Serviços de limpeza e conservação por posto de serviço com preço global (mensal), 44 horas semanais e 220 horas mensais.	Diversos, pois abrange empresas de pequeno, médio e grande porte, sem limitar a participação.	Não se aplica, pois materiais são disponibilizados pelo prestador do serviço.	Continuado (até 60 meses) ou limitado a exercício
Serviços de limpeza e conservação com preço unitário e global (por metro quadrado), 44 horas semanais e 220 horas mensais.	Diversos, pois abrange empresas de pequeno, médio e grande porte, sem limitar a participação. Este tipo de contratação é mais complexo, pois é feita em função da produtividade e expertise de cada empresa.	Não se aplica, pois materiais são disponibilizados pelo prestador do serviço.	Continuado (até 60 meses) ou limitado a exercício
Serviços de limpeza e conservação com preço unitário e global (por metro quadrado) em jornada inferior a 44 horas semanais contratação por m2, mas com carga horária inferior a 220 horas mensais.	Diversos, pois abrange empresas de pequeno, médio e grande porte, sem limitar a participação. Este tipo de contratação é mais complexo, pois é feita em função da produtividade e expertise de cada empresa.	Não se aplica, pois materiais são disponibilizados pelo prestador do serviço.	Continuado (até 60 meses) ou limitado a exercício

8.4. No caso dos serviços em tela não se vislumbram outras soluções de mercado afora a terceirização para a prestação indireta dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos FUNDACENTRO para a execução desses serviços, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração;

8.5. No caso da prestação indireta dos serviços, foram identificadas as seguintes hipóteses:

- a) Serviços de limpeza e conservação com equipe volante (diária), ou seja, não se trata de serviço continuado e não utiliza mão de obra com dedicação exclusiva;
- b) Serviços de limpeza e conservação por posto de serviço com preço global (mensal) 44 horas semanais e 220 horas mensais;
- c) Serviços de limpeza e conservação com preço unitário e global (por posto) 44 horas semanais e 220 horas mensais.
- d) Serviços de limpeza e conservação com preço unitário e global (por metro quadrado) 44 horas semanais e 220 horas mensais.
- e) Essas alternativas ainda permitem as seguintes subdivisões:
 - i. Com o fornecimento de todos os materiais necessários, inclusive papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido;

ii. Com fornecimento de todos os materiais necessários, exceto os de limpeza de higiene pessoal;

iii. Sem fornecimento de materiais.

8.6. Tais exigências não limitam a participação na licitação, visto que se trata das formais usuais de contratação dos serviços de limpeza e conservação, para as quais o mercado está preparado.

8.7. Também foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

8.8. Para a contratação de serviços de limpeza e conservação, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

8.9. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

8.10. Os serviços de limpeza e conservação a serem contratados se enquadram como serviços continuados, pois a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração.

8.11. Os serviços de limpeza, asseio e conservação predial, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público, a salubridade do ambiente e o funcionamento das atividades nas três unidades da FUNDACENTRO, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do atendimento ao público e o cumprimento da missão institucional dos órgãos.

8.12. Para tanto, os serviços devem ser prestados com utilização de mão de obra com dedicação exclusiva.

8.13. Deste modo, a solução que atende os interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais de higiene, com vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses.

8.14. Quanto à forma de contratação, a opção escolhida é a contratação de prestação dos serviços com a unidade de medida 'm² (metro quadrado)' de área a ser limpa e conservada. Nos prédios a serem atendidos a área total a ser limpa e conservada permite a contratação conforme a regra geral, com unidade de medida e pagamento por metro quadrado, visto que a utilização das produtividades normatizadas e rotinas de trabalho adotadas, implica na prestação dos serviços durante todo o horário de atendimento do prédio, o que atende o interesse e as necessidades da Administração.

8.15. Decidiu-se pela utilização de Serviços de Limpeza e Conservação com preço unitário e global (por metro quadrado) por ser a solução contratual mais vantajosa para a administração, além de ser a determinação do ME, com a realização de pagamento somente por serviços que forem executados, sem necessidade de manter postos/pessoas ociosas para demandas imprevisíveis, porém exigindo programação e planejamento das demandas a serem executadas.

9. Descrição da solução como um todo

6.1. Os serviços de limpeza e conservação serão prestados com utilização de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de todo material e equipamentos necessários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e em seus anexos.

6.2. Os serviços de limpeza serão contratados com base na área física a ser limpa e conservada, estabelecendo-se o custo por metro quadrado, observadas as peculiaridades, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação, em consonância com Anexo V, item 2.6, alíneas “d” e “d.1” da IN SEGES/MPDG nº 05 /2017, com prestação dos serviços de segunda a sexta-feira no total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

6.3. A descrição dos elementos que devem ser produzidos para que a contratação apresente resultados pretendidos pela administração serão inseridos no Termo de Referência, lembrando que o mesmo será elaborado com base na IN SEGES/MPDG nº 05/2017. Não será necessária mais nenhuma contratação de serviços à parte.

10. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

10.1. Os quantitativos foram elaborados com base em informações consultadas nos processos internos abertos para contratação pelas próprias unidades que receberão os serviços. Estas informações se referem tanto aos parâmetros utilizados nos contratos atuais como para demandas já manifestadas para a nova contratação. Deste modo, temos:

ESCRITÓRIO AVANÇADO DE PERNAMBUCO (EAPE)	
Área interna: piso frio ou acarpetado	1.200m ²
Área externa: piso pavimentado	570m ²
Área externa: área verde	150m ²
Esquadria externa: face externa sem exposição à situação de risco	42m ²
Esquadria externa: face interna sem exposição à situação de risco	42m ²
Postos estimados para contratação em face da produtividade e periodicidade	02 serventes para limpeza geral

UNIDADE DESCENTRALIZADA DE CAMPINAS - UDCA	
Área interna: piso frio ou acarpetado	220m ²
Área externa	98,50m ²
Esquadria externa: face externa sem exposição à situação de risco	31,90m ²
Esquadria externa: face interna sem exposição à situação de risco	31,90m ²
Postos estimados para contratação em face da produtividade e periodicidade	01 servente para limpeza geral

ESCRITÓRIO AVANÇADO DE MINAS GERAIS - EAMG	
Área interna: piso frio ou acarpetado	1.600m ²
Banheiro sem insalubridade	90m ²
Piso de espaços livres (saguão, hall e corredores)	25m ²
Esquadrias - Face interna	125m ²
Esquadrias - Face externa (s/ exposição)	125m ²
Postos estimados para contratação em face da produtividade e periodicidade	02 serventes para limpeza geral

CENTRO TÉCNICO NACIONAL - CTN - SÃO PAULO/SP	
Área interna: piso frio ou acarpetado	8.953,28m ²
Piso de laboratório	1.121m ²
Piso de espaços livres (saguão, hall e corredores)	1.200m ²
Banheiros sem insalubridade	366,72m ²
Piso pavimentado adjacente/contíguo às edificações	2210m ²
Áreas verdes com BAIXA frequência	1.322m ²
Esquadrias - Face interna	1.542m ²
Esquadrias - Face externa (s/ exposição)	1.200m ²
Fachada envidraçada	1.200m ²

Postos estimados para contratação em face da produtividade e periodicidade	14 postos de serventes, 1 posto de limpador de vidro, 1 posto de encarregado
--	--

10.2. Os valores e as especificações dos materiais e equipamentos a serem utilizados na prestação dos serviços foram definidos conforme metodologia aplicada pelo Caderno Técnico (p. 22 do manual, anexo ao processo eletrônico).

10.3. Segundo o Caderno Técnico, os custos com materiais são calculados na planilha de formação de preços da IN SEGES/MPDG nº 05/2017 da seguinte forma:

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Submódulo 5.1.

Insumos: Base de Cálculo x percentual de 12%

O percentual de custo com material e equipamentos poderá ser reduzido pelo participante como parte de sua estratégia de redução de preço. Caso o licitante opte por aplicar percentual inferior ao limite de 12% proposto pelo Caderno Técnico, este deverá comprovar que a redução não prejudicará a execução do serviço demandado e que a redução de valor da proposta ainda possibilita a contratação do efetivo de referência de maneira exequível.

11. Estimativa do Valor da Contratação

11.1. Destaque-se que o objeto da contratação em análise está subordinado a limites de valores fixados. Os valores limites estão discriminados no sítio oficial do Portal de Compras do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br), limites esses a serem adotados para novas contratações e para prorrogação de vigência dos contratos de prestação de serviços de limpeza e conservação.

11.2. Dessa forma, o custo é aquele estimado na Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme a IN 05/2017 e respeitando a IN 49/2020 e a Portaria SEGES 21.262./2020 e será incorporado no TR no momento oportuno.

11.3. Assim, para o atual ETP estamos considerando o valor atual pago por cada unidade acrescido de uma projeção referente a hipotéticas repactuações que viessem a ocorrer em caso de prorrogação dos contratos atuais. Deste modo, temos:

EAPE – R\$ 4.800,00 mensais – R\$ 57.600,00 anual

EAMG - R\$ 8.500,00 mensais - R\$ 102.000,00 anual

UDCA - R\$ 4.000,00 mensais - R\$ 48.000,00 anual

CTN – R\$ 60.000,00 mensais - R\$ 720.000,00 anual

Cabe ressaltar, porém, que estes valores servem apenas como estimativa para o início do processo licitatório em si, dependendo de fato do andamento do processo licitatório para uma projeção mais factível do valor final a ser pago.

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

12.1. Considerando que a solução envolve a contratação de serviços de limpeza e conservação para 4 (quatro) unidades da FUNDACENTRO em diferentes cidades, entende-se que o parcelamento é viável a fim de proporcionar um melhor cumprimento do serviço em cada unidade, além de gerar aumento de competitividade e oportunizar melhores condições para a Administração na licitação.

12.2. O parcelamento pode ser realizado por meio de uma única licitação, com cada parcela do objeto sendo adjudicada em um lote (ou grupo de itens) distinto.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

13.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

14. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

14.1. A previsão de contratação em cada unidade foi incluída no sistema PGC da FUNDACENTRO para 2022.

15. Resultados Pretendidos

15.1 A Administração verifica que este tipo de contratação trará os seguintes benefícios diretos e indiretos:

I. Maior economia, pois estaremos remunerando somente o que foi realmente executado, evitando-se pagamentos indevidos por tempo disponível (equipe permanente).

II. Maior eficácia e eficiência, visto que a administração está planejando a contratação antes do encerramento dos contratos existentes.

III. Escopo de contratação mais bem definido, uma vez que a licitação foi elaborada de forma que os recursos de materiais, equipamentos e humanos (mão de obra) observassem os critérios de produtividade entre todas as possíveis contratações.

IV. Implementação das técnicas sustentáveis de acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, Manual Jurídico da Consultoria Geral da União, sem prejuízo das demais normas incidentes sobre o tema.

16. Providências a serem Adotadas

16.1. As ações internas para o recebimento dos serviços envolvem o seguinte:

16.2. O recebimento dos serviços dar-se-á mensalmente, no primeiro dia útil do mês subsequente ao mês de execução dos serviços. O acompanhamento será feito diariamente pelo fiscal de contrato.

16.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 15 (quinze) dias pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos julgados necessários. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017). Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16.4. Se, após o recebimento provisório, for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à Contratada, será identificado no relatório circunstanciado e enviado ao gestor. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor de execução do Contrato. Para tanto, esse analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

16.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado. Na hipótese de a verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

16.8. Importante gravar que haverá necessidade de capacitação dos servidores para atuarem na contratação e fiscalização.

17. Possíveis Impactos Ambientais

17.1. Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais de limpeza, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável. Para tanto, deverão ser incluídos como obrigação da Contratada, no termo de referência e edital, critérios e práticas de sustentabilidade do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia- Geral da União e do Manual Jurídico da Consultoria Geral da União, sem prejuízo das demais normas incidentes sobre o tema.

17.2. Serão inseridas como obrigações da Contratada as seguintes disposições que se referem a critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto:

- 17.2.1. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios / menor poluição, tais como:
- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas / poluentes; b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; c) Racionalização/economia no consumo de energia, especialmente elétrica, e água; d) Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas atividades de limpeza, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços; e) Realizar lavagem com água ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, de poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, de minas e outros); f) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e g) Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.
- 14.2.2. Além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito: a) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; b) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003; c) Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento; d) Fornecer aos

empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; e) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; f) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006; g) Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; h) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008; i) Fornecimento e utilização pela Contratada, na execução do contrato, de saneantes domissanitários, com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), evitando a aplicação de materiais inflamáveis e/ou de fácil combustão, ou, ainda, que exalem odores fortemente ativos. j) Os produtos mencionados no item “i” deverão ser entregues aos responsáveis pela realização do serviço, no local de utilização, contendo rótulo com: identificação da empresa, nome do produto, fabricante, número do lote, razão de diluição, data da embalagem, identificação do químico/profissional responsável pelo envase e demais regras aplicáveis de acordo com as normas da ABNT.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas informações apuradas neste ETP, a Equipe de Planejamento da Contratação considera a contratação viável.

19. Responsáveis

LUCIA SILVA DA ROCHA

Equipe de Planejamento - PORTARIA FUNDACENTRO Nº 664, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021

TIAGO BORGES PEDROSO DO AMARAL

Equipe de Planejamento - PORTARIA FUNDACENTRO Nº 664, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021

ANGELA TANIESKA SCARLATO

ASSISTENTE EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA